

GÊNERO E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE SOB O VIÉS DA BIOPOLÍTICA

GENDER AND EDUCATION: AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF BIOPOLITICS

Victoria Pedrazzi¹
Joice Graciele Nielsson²

RESUMO

O presente artigo visa abordar sobre a construção de gênero como mecanismo da biopolítica e como isso influencia e interfere na educação, tendo em vista que, através desses movimentos, também se controla quem tem acesso ao conhecimento e de que forma esses conceitos são utilizados para fomentar o patriarcado e o controle dos corpos. Nessa perspectiva, pode-se analisar a estigmatização dos corpos que importam e que não importam em um Brasil contemporâneo que reproduz e fomenta estereótipos de gênero, inclusive no lugar onde deveriam ser desconstruídos esses padrões: a escola. Busca refletir sobre a construção, divisão e hierarquização desses corpos e de que forma essas concepções são utilizadas para gerir a vida em sociedade.

Palavras-chave: Gênero; Biopolítica; Educação.

ABSTRACT

This article aims to address the construction of gender as a mechanism of biopolitics and how this influences and interferes in education, bearing in mind that, through these movements, it is also controlled who has access to knowledge and how these concepts are used to promote patriarchy and the control of bodies. From this perspective, one can analyze the stigmatization of bodies that matter and that do not matter in a contemporary Brazil that reproduces and encourages gender stereotypes, including in the place where these standards should be deconstructed: school. It seeks

¹Mestranda em Direitos Humanos no Programa de Pós-graduação em Direito da UNIJUÍ. Bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos. Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: pedrazzivictoria@gmail.

²Doutora em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo/RS). Professora do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito da UNIJUÍ. Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3808-1064>. E-mail: joice.nielsson@unijui.edu.br

to reflect on the construction, division and hierarchization of these bodies and how these conceptions are used to manage life in society.

Key words: Gender; Biopolitics; Education.

Artigo recebido em: 24/10/2023

Artigo aprovado em: 03/12/2024

Artigo publicado em: 18/12/2024

Doi: <https://doi.org/10.24302/prof.v11.5088>

1 INTRODUÇÃO

O objetivo inicial do presente artigo é analisar como funcionam as engrenagens sociais sob um recorte de gênero através da biopolítica, como esse mecanismo atua para regulamentar e controlar corpos femininos e feminizados, com ênfase nos processos de educação formal e informal, a fim de identificar como os estereótipos de gênero são reforçados e fomentados para nutrir a exclusão e separação na sociedade contemporânea atual. A partir deste contexto, busca refletir sobre as instituições de ensino formal no Brasil, e sobre como a construção de gênero se apresenta no processo educacional e na produção da consciência e desenvolvimento de crianças e adolescentes sobre a temática.

A problemática busca questionar como a biopolítica atua nos processos educativos, utilizando os discursos hierarquizantes e discriminatórios de gênero para promover e legitimar as cesuras biopolíticas que implicarão em violência e controle sobre corpos femininos e dissidentes. A pergunta central, portanto, busca evidenciar: de que maneira a biopolítica se perpetua e concretiza em discursos e práticas que permeiam os ambientes educacionais formais, de modo a efetuar cesuras entre vidas dignas de serem vividas e vidas descartáveis a partir da “utilidade” dos corpos ao capitalismo e ao patriarcado? Em tais mecanismos, de que modo a educação das mulheres se concretiza, assim, em um mecanismo biopolítico?

A metodologia utilizada no presente projeto consiste em pesquisas bibliográficas que serão realizadas por meio de coleta de materiais e leituras, a partir de livros, sites, artigos e fontes eletrônicas que tratam sobre o tema pesquisado. A pesquisa será exploratória, utilizando-se de fontes bibliográficas, realizadas através de abordagens hipotético-dedutivas. Será observada a seleção de bibliografia em relação à temática que se pretende estudar, cuja função é a elaboração de um referencial teórico sobre o tema, respondendo ao problema que o trabalho propõe, colaborando com a hipótese e atingindo o objetivo da pesquisa.

O estudo encontra-se dividido em duas seções, que correspondem aos seus objetivos específicos. A primeira ocupa-se da exposição de conceitos iniciais sobre biopolítica e gênero. Já na segunda seção, busca interligar os conceitos primeiramente apresentados sob o viés da educação, indagando como a biopolítica opera nesse campo, a fim de se apropriar e manter sob controle também a forma da construção do pensamento crítico para blindar da possibilidade de questionamentos acerca das estruturas sociais existentes.

2 A EDUCAÇÃO COMO UM MECANISMO BIOPOLÍTICO DE GESTÃO E CONTROLE DA VIDA

Através dos conceitos que Michel Foucault (1926-1984) traz a respeito da biopolítica e necropolítica, pode-se questionar: Em que medida a necrobiopolítica tem atingido corpos femininos, utilizando “estereótipos de gênero” para produzir o controle e a gestão da vida e conseqüentemente, produção da morte sistemática como forma de exercício último de soberania e poder em um contexto marcado pelo biopatriarcalismo? (Wermuth; Nielsson, 2020, p. 332).

Primeiramente, cabe uma análise desses conceitos, tendo em vista que, tradicionalmente, como marco teórico inicial, a referência ao conceito de biopoder de Michel Foucault, como técnica de governo que tem como objetivo “fazer viver, deixar

morrer”, é recorrente nas tentativas de compreensão dos fenômenos da atualidade, aprofundado, mais recentemente, pelos textos de Giorgio Agamben e suas análises sobre a imbricação biopolítica entre soberania, homo sacer e vida nua (Wermuth; Nielsson, 2020).

Por biopolítica, segundo os autores, pode-se compreender um movimento que, na teoria foucaultiana, representa uma verdadeira “assunção da vida pelo poder” ou, em outras palavras, uma “estatização do biológico”, representando “um dos fenômenos fundamentais do século XIX”, justamente, porque se afigura como um corte em relação à Teoria Clássica da Soberania, na medida em que, se outrora o soberano, ao deter o poder em relação à vida e à morte do súdito, poderia fazê-lo morrer ou deixá-lo viver, agora, a biopolítica significa o movimento que vai justamente completar o antigo direito de soberania, penetrando-o, perpassando-o e modificando-o de modo a produzir “um poder exatamente inverso: poder de ‘fazer’ viver e de ‘deixar’ morrer.” (Wermuth; Nielsson, 2020, p. 335).

A biopolítica e o biopoder trabalham através de políticas disciplinares e da autodisciplina, incluindo práticas de auto-otimização, ou seja, funcionam devido à combinação de um consenso social e em conjunto com a coerção e violência. (Wichterich, 2015, p. 25). A biopolítica reflete o equilíbrio de poder ou a luta pelo poder nas sociedades e faz a mediação entre interesses e sistemas de valor (Wichterich, 2015, p. 25). Conceito este que pode ser aplicado nas instituições de ensino e no modelo atual de educação, tendo em vista que mediar e modelar os valores, também pressupõe construir o imaginário social de quais valores são esses e definir quais importam, para então, apontar quais os corpos que apresentam e se encaixam nesses valores e então, qualificá-los como válidos ou não, passíveis de respeito ou não.

Além disso, “por poder biopatriarcalista, compreende-se uma forma de organização característica dos estados coloniais modernos, que se efetiva por meio de articulações funcionais entre capitalismo e patriarcado, seladas por meio do empreendimento colonial racista” (Wermuth; Nielsson, 2020, p. 337). Dessa forma,

pode-se encaixar nesses contextos o controle dos corpos (nesse recorte, os femininos e feminizados) e o benefício que este recorte traz a essas instituições, uma vez que, mantendo-os sob custódia e manipulação, mantém-se firme as estruturas sociais que se alimentam da exclusão, do afastamento e da opressão dos indesejáveis.

A população, que é agora o alvo da biopolítica, é conceituada como esse “novo corpo”, múltiplo, com muitas cabeças, conforme menciona Foucault (1999). A biopolítica vai se ocupar, portanto, com os processos biológicos relacionados ao homem, estabelecendo sobre os mesmos uma regulamentação (Foucault, 1999). Desse modo, a compreensão da biopolítica se associa, ao avanço do sistema capitalista, na medida em que ela foi elemento indispensável para o lucro, por meio do controle dos corpos no sistema de produção e através da adequação dos fenômenos populacionais à economia (Balem; Souza; Nascimento, 2020, p. 11).

O poder soberano – antigamente refletido na forma de castigos físicos ostensivos e posteriormente modificado pela vigilância contínua – é agora sutilmente camuflado sob a administração dos corpos e da sua potencialidade econômica, por meio de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos (Balem; Souza; Nascimento, 2020, p. 11). A união entre patriarcado e capitalismo também é um importante objeto de análise, já que ambos se sustentam também na opressão e no controle dos corpos.

Patriarcalismo, nesse sentido, é a expressão utilizada para indicar a vinculação entre patriarcado e capitalismo. Utiliza-se o termo patriarcalismo e não patriarcado, com o objetivo de rechaçar as posições estáticas que nos induzem a pensar na estrutura de opressão autônoma com respeito ao resto de opressões e dominações que dominam nas relações sociais capitalistas” (Wermuth; Nielsson, 2020, p. 337). Diz respeito ao conjunto de relações que articulam opressões e o modo com que tais aspectos (sexo, gênero, raça, classe social) se combinam em relação ao poder (Wermuth; Nielsson, 2020, p. 337).

A ideia de um “governo dos homens”, de acordo com Michel Foucault (1990 *apud* Luckmann; Nardi, 2017, p. 1241), retoma a proposta de que os indivíduos

“deveriam ser governados e se deixarem governar por alguém que os conduzisse à salvação, numa relação global de estrita obediência”. Luckmann e Nardi (2017, p. 1243) refletem que a vida é “como um campo privilegiado de atuação governamental a partir do liberalismo, intensificando-se no neoliberalismo”. Dessa forma, exclui-se os corpos indesejáveis da oportunidade de fazer parte do debate democrático que também influencia suas vidas, a fim de, justamente, inviabilizar a revolta, a indignação e a indagação dessa organização já estabelecida de vida.

Analisando esses conceitos, pode-se dizer que o homem se tornou “o referente universal, paradigma da humanidade, da esfera pública e da política, enquanto o espaço doméstico, íntimo e privado, destinado às mulheres, se esvaziava de politicidade” (Wermuth; Nielsson, 2020, p. 338).

Segundo Louro (2003, p. 17), as mulheres das classes trabalhadoras e camponesas exerciam atividades fora do lar, nas fábricas, nas oficinas e nas lavouras. Gradativamente, essas e outras mulheres passaram a ocupar escritórios, lojas, escolas, hospitais e espaços públicos que não eram inicialmente destinados a elas. Suas atividades, no entanto, eram (e ainda são) quase sempre controladas e dirigidas por homens e geralmente representadas como secundárias, “de apoio”, de assessoria ou auxílio, muitas vezes ligadas à assistência, ao cuidado ou à educação.

O conceito de gênero, emergiu no âmbito dos estudos feministas com a finalidade de diferenciar os aspectos anatômico-biológicos daqueles culturalmente construídos que conformam as diferenças entre homens e mulheres (Luckmann; Nardi, 2017, p. 1244). Pode-se entender que gênero funcionava como contraponto ao termo “sexo”, pois este carregaria uma faceta determinista que as teóricas feministas repudiavam (Scott, 1990). O gênero, nesse contexto, dizia respeito a papéis sociais esperados dos homens e das mulheres, deslocando a noção de “ser homem” e “ser mulher” para o âmbito de uma construção cultural (Scott, 1990).

Louro (2003, p. 24). reflete, a respeito da construção desses papéis, no sentido de que, seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade

estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar, de se portar, de agir, de viver. Através do aprendizado desses papéis, e aqui especialmente os de gênero, cada um(a) deveria conhecer o que é considerado adequado e inadequado para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas, se encaixar e se adequar ao que se é esperado. Normalmente a performance desses papéis são reflexos da dominação de um sexo sobre outro, de uma maioria (masculina), não em termos quantitativos, mas em termos de exercício de poder, sobre uma minoria oprimida (feminina).

Levando em consideração a construção do que é “gênero”, a estrutura dos sistemas jurídicos de poder, segundo Foucault (*apud* Butler, 2018, p. 15), regulam a vida política de maneira negativa, por meio da limitação, controle e até mesmo com uma falsa ideia de “proteção” dos corpos que “precisam” ser adaptáveis e ajustáveis. Nesse sentido, Butler, em sua obra *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*, entende que as mulheres, se tornam sujeitos com traços de gênero (pré)determinados e estabelecidos mediante a comparação de tudo aquilo que é o oposto, no caso, aquilo que é presumidamente masculino, negando a emancipação desse indivíduo conceituado como mulher de maneira completa e verdadeiramente integral e absoluta. (Butler, 2018, p. 15).

“Gênero”, portanto, poderia ser classificado como uma complexidade permanente e múltipla, que não obedece a conceitos normativos e definidores. Unificando o conceito de biopolítica e a construção de estereótipos de gênero, cabe observar que essa fusão visa regular os corpos que, nesse caso, vão de encontro ao que é masculino, o que torna o corpo “feminino” um sexo (des)governado e controlável. Sob esse viés, “as transformações no dispositivo de sexualidade são também manobras biopolíticas que podem dotar de maior eficácia a condução das condutas, o governo dos homens, das mulheres, dos gays, das lésbicas, das pessoas trans [...]” (Luckmann; Nardi, 2017, p. 1251). Dessa forma,

são criadas várias políticas estigmatizantes do sexo sobre a vida, constituindo-se como verdadeiras estratégias de dominação: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do corpo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização dos prazeres perversos. Resta claro nessa perspectiva o caráter repressivo da sexualidade, o qual visava a normalização e a utilidade dos corpos a fim de aparelhar uma economia peculiar (Guizzo; Invernizzi, 2012, p. 124 *apud* Balem; Souza; Nascimento, 2020, p. 12).

A biopolítica de gênero também reflete na cisnormatividade como sendo este um padrão (pré)estabelecido como normal e aceitável. Assim, “os padrões morais pré-estabelecidos pela sociedade definem como única possibilidade o sexo anatômico e funcionalizado, cujo escopo – para além da perpetuação da espécie- é a fixação de papéis (sic) sociais e da orientação sexual do indivíduo.” (Balem; de Souza; do Nascimento, 2020, p. 14).

Maírtin Mac An Ghail (1996, p. 197 *apud* Louro, 2003, p. 82), analisando a formação de estudantes masculinos em algumas escolas secundárias, apontou “formas contraditórias de heterossexualidade compulsória, misoginia e homofobia”, como os elementos culturais que são acionados na formação das subjetividades destes garotos. Para esses jovens, o “outro” passava a ser as mulheres e os gays; ao mesmo tempo, eles deveriam expulsar de si mesmos a feminilidade e a homossexualidade. Essa regulação do sexo, do gênero e do corpo “anormal” que não se encaixa no que foi estipulado como “certo” reflete na necessidade de controlar os corpos que importam, que são “rentáveis” ao capitalismo e “utilizáveis” ao patriarcado (Louro, 2003).

Desse modo, não há como negar que o espectro de sociabilidade onde se desenvolvem os conceitos de masculino e feminino é permeado de disputas de visibilidade e, sobretudo, de poder, o qual produz e incita comportamentos conformados a um determinado padrão. Sob o ponto de vista foucaultiano, os sujeitos são classificados e hierarquizados conforme a aparência de seus corpos e forma de exercício da sua sexualidade, e essas características se transformam em marcas de poder (Foucault, 1988, p. 98).

A categoria gênero expõe a construção social do corpo e a influência das tentativas normalizadoras sobre os sujeitos, e da biopolítica sobre as populações. (Balem; Souza; Nascimento, 2020, p. 16). A biopolítica utiliza-se da categorização dos conceitos de gênero socialmente definidos para validar desigualdades de gênero e sexualidade, fomentando uma política de exclusão e segregação em detrimento do capitalismo e do patriarcado.

Butler (2018) expõe que a relação entre sexo/gênero/desejo aparece como linear e causal entre tais categorias, porquanto o indivíduo deve obrigatoriamente adotar características de gênero que sejam compatíveis com seu sexo biológico e, ainda, seu desejo sexual deve ser orientado ao sexo oposto. Assim, “trata-se, em suma, da implementação de um “conjunto de técnicas e estratégias de governança para construção de um poder que orienta e controla os corpos, a saúde e a vida de uma população inteira através da regulação da reprodução, fertilidade e mortalidade” (Wermuth; Nielsson, 2020, p. 335).

Isto posto, a concepção de gênero é adotada no estudo como categoria de análise que se refere às relações de poder existentes entre mulheres e homens, e é usada pelo feminismo para se problematizar “construções culturais” de ideias acerca dos papéis adequados aos homens e às mulheres (Scott, 1990). Pode-se dizer que as construções de gênero produzidas pela juventude podem, ou não, estar associadas aos modelos hegemônicos ainda naturalizados pela sociedade e que, por vezes, alimentam a dominação masculina.

A escola, que deveria ser reconhecida como um espaço de formação acadêmica e de humanização, livre de qualquer tipo de preconceito, tem sido um espaço de reprodução desses modelos hegemônicos (Nascimento *et al.*, 2020, p. 152). E por isso, torna-se necessário analisar a orientação e controle dos corpos através da produção de conhecimento e da forma de educação, pois é através da escola que os indivíduos em desenvolvimento têm, ou pelo menos deveriam ter, contato com temáticas de gênero de forma mais aprofundada, a fim de romper padrões e estigmas.

3 BIOPOLÍTICA E EDUCAÇÃO: A GERÊNCIA DO SABER

A educação pode ser vista como um dos pilares para questionamentos sobre a sociedade atual, como sendo um dos principais meios de “libertação” e reconhecimento da existência e atuação da biopolítica. No entanto, a educação também pode ser aplicada pelas instituições de ensino, de maneira a fomentar o controle dos corpos, a fim de gerar a manutenção do controle.

A escola é uma instituição moderna, o que significa dizer que antes, se educava e ensinava sobre o mundo às crianças, de diferentes maneiras (Foucault, 1988). Foi apenas a partir do fim do século XVIII, com a emergência das sociedades industriais, que o modelo de escola que conhecemos e praticamos hoje, em larga escala, se constituiu (Foucault, 1988).

Segundo Foucault (1987), tratamos de criar uma instituição em semelhança das fábricas e das prisões: organizar e distribuir no tempo e no espaço os corpos; aplicar a todos o mesmo programa, baseado na disciplina e na domesticação; definir os parâmetros de saída esperados, conferir a qualidade dos produtos no fim do processo, liberar os adequados e reter os desajustados, aplicar castigos e as correções àqueles que não atenderem as expectativas; repetir o processo infinitamente, de forma a garantir padronização, escala e controle.

Louro (2003) entende que a escola se incumbiu de separar os sujeitos. Dividiu os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela se fez (e se faz) diferente para os ricos e para os pobres e, ainda, separou os meninos das meninas. (Louro, 2003, p. 57).

Dessa forma, a escola passou a ocupar o lugar de entidade responsável por transmitir o conhecimento, a instituição disciplinar que certifica os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade. No entanto, essa mesma escola contribui para o controle

social e de classe, garantindo a manutenção das diferenças, dos privilégios sociais e a reprodução da ordem e da moral. (Mascarenhas, 2018, p. 03). Mostra-se evidente como performam lado a lado os conceitos apresentados com o conceito de biopolítica. A biopolítica,

remete à transformação das sociedades disciplinares, a um aperfeiçoamento das práticas de assujeitamento. É o que podemos corresponder ao que Deleuze denominou sociedades de controle: se as sociedades disciplinares eram marcadas pelo confinamento e pelas disciplinas, as sociedades de controle são antes modulares, operam por meio de práticas amorfas, sutis e difusas, mas que se fazem sentir diretamente no corpo (Mascarenhas, 2018, p. 1542).

Essa disciplina, decorrente da atuação da biopolítica, controlando corpos e nesse caso, gerenciando o saber, evidencia que a máquina social atua através da necessidade de manter a ordem e as imunidades dos corpos que importam. Foucault (1987) situou o corpo do estudante ao lado dos corpos do louco, do presidiário, do doente e do operário, pois concentrou os corpos e os organizou no tempo e no espaço, corrigindo as posturas, definindo, classificando e apontando os movimentos que podem (e principalmente os que não podem) fazer os corpos.

De acordo com Michel Foucault (1987), até mesmo na arquitetura e na ergonomia da sala de aula, as prescrições definem modos específicos de ocupar a escola, modos de sentar, falar, escutar e de usar seus próprios corpos. Observa-se a hipervalorização de conhecimentos abstratos e a desvalorização dos saberes que podem mobilizar diferentemente o corpo na escola, sobretudo a dança, o teatro, a educação física e a música, sempre descritos como papéis menos importantes na educação formal. Ainda, na fixação de ciclos formativos, na divisão e na serialização de conteúdo, nas avaliações regulares e necessidade de qualificar o saber, que incidem sobre o aprendizado e sobre o comportamento, determinando o que, como e quando

aprender, tudo isso convocando a uma obediência que quer domesticar o corpo e a alma do estudante (Mascarenhas, 2018, p. 1543).

Especialmente na construção de conhecimento e de reconhecimento de habilidades, a plena atuação da biopolítica “poda” e busca excluir expressões voltadas ao que normalmente se entende como feminino, estigmatizando o que deve ser ensinado aos meninos e às meninas. A biopolítica visa fortalecer o neoliberalismo e delimitar o ensino apenas aos corpos que futuramente serão úteis ao capitalismo, já que no imaginário social patriarcal, o corpo feminino será útil apenas para cuidados domésticos, das crianças e da família. Mas não só,

A escola pode ser situada como um espaço de ambiguidades no que se refere às questões de gênero, pois se, por um lado, seus dispositivos pedagógicos (re)produzem normatividades quanto aos papéis masculinos e femininos, por outro, novas construções e experiências estão sendo construídas, e nelas atitudes de resistência ganham corpo (Nascimento *et al.*, 2020, p. 160).

A escola pode ser um lugar em que haja uma segregação de ensino e brincadeiras “de menino” e “de menina”, favorecendo a divisão das crianças por gênero. A separação de meninos e meninas é, então, muitas vezes, estimulada pelas atividades escolares, que dividem grupos de estudo ou que propõem competições. Ela também é provocada, por exemplo, nas brincadeiras que ridicularizam garotos, chamando-o de “menininha” em determinadas situações ou nas perseguições de meninas por garotos. (Louro, 2003, p. 79). Cabe destacar que, “no Brasil, desde 1970, práticas neoliberais vem cada vez mais ganhando espaço no campo da educação, percebendo os estudantes e profissionais da educação como um capital humano a serviço de uma economia de mercado” (Silva, 2020, p. 11).

Percebe-se a manifestação da biopolítica em diversas perspectivas na educação, inclusive na perspectiva de que os jovens não tem vontade de aprender, mas sim, são movidos pela busca por títulos, medo do desemprego, de não possuir espaço no

mercado de trabalho (Mascarenhas, 2018, p. 1543). Além disso, o aumento das demandas, nos moldes do mercado, e que reduzem a experiência de tempo livre, fundamental para o trabalho intelectual e para uma vida saudável, contribuem para o desinteresse na busca pelo conhecimento e na educação de qualidade como sentido da vida, por curiosidade e desejo de construção da formação do pensamento.

Assim, questiona-se através das noções de precariedade e biopolítica no campo da educação “quais corpos a escola produz? Quais práticas biopolíticas funcionam na educação? E quais as relações entre precariedade e educação?” (Silva, 2020, p. 10).

Portanto,

a presença neoliberal nas práticas pedagógicas e em certos campos teóricos educacionais vem ganhando cada vez mais materialidade no cotidiano das escolas e em certas formas de pensar a educação. Podemos perceber sua efetividade por meio de discursos de avaliação e de aprendizagem acentuadamente instados a metas e resultados, práticas gerenciais crescentemente presentes nos discursos sobre a organização da escola e dos processos educativos (Silva, 2020, p. 11).

Através do olhar da teoria da precariedade de Butler, podemos identificar que “a escola, por meio dessas práticas mercadológicas, passa a produzir - através da naturalização da competitividade nas relações e práticas educativas, assim como nos processos sociais, corpos que experienciam variadas formas de precariedade.” (Silva, 2020, p. 11). Nesse olhar, essa precariedade, é “o efeito de práticas biopolíticas que, ao gerirem as vidas das populações, estabelecem visualidades normativas que circunscrevem quais vidas vão ser consideradas e estimadas, produzindo igualmente vidas danificadas, vidas que não serão valorizadas.” (Silva, 2020, p. 11).

Alguns corpos não serão vistos como dignos do direito a uma vida vivível. Estarão fadados apenas a sobreviver, tendo uma vida danificada, exposta às formas difusas de violência, funcionando a violência, igualmente, como um operador de produção de precariedade (Silva, 2020, p. 13). Existem também possibilidades

provocadoras e difusas no campo da educação. Contudo, a racionalidade neoliberal presente na escola segue produzindo, de um lado normalizações, e do outro, corpos precários, não quistos, não passíveis de luto (Silva, 2020, p. 13).

Graziela Serroni Perosa (2007), observou meninas de três instituições de ensino católicas e constatou que a ideia e a moral da “boa menina” se apresentavam nesses espaços. Destacaram-se, dois aspectos da socialização escolar nessas escolas, emblemáticos do trabalho realizado sobre os corpos, capazes de inculcar o duplo pertencimento social do grupo, de classe e gênero. Estavam presentes a relação com os uniformes e o trabalho à mesa em cada um desses estabelecimentos de ensino. Eles evidenciam como o controle do corpo ocupava um lugar na educação burguesa e, particularmente, na educação das meninas no interior desse grupo social (Le Wita, 1988; Frevert, 1991; Pinçon; Pinçon-Charlot, 2000 *apud* Perosa, 2007, p. 29).

Evidentemente que incluir nessa discussão o viés da religião demandaria a amplitude e extensão da temática além do objetivo apresentado. No entanto, torna-se imprescindível identificar que até hoje as instituições de ensino possuem reflexos religiosos no modo com que se educa, sejam elas instituições religiosas ou não, já que a moralidade apresentada está intrínseca não só nas entidades físicas, mas também nos educadores. Nesse mesmo viés, traz-se as chamadas “escolas femininas” que,

dedicavam intensas e repetidas horas ao treino das habilidades manuais de suas alunas produzindo jovens “prendadas”, capazes dos mais delicados e complexos trabalhos de agulha ou de pintura. As marcas da escolarização se inscreviam, assim, nos corpos dos sujeitos (Louro, 2003, p. 62).

Dessa forma, habitam “formas distintas de exercer o controle e de inculcar, nas meninas, os sentimentos e estereótipos de classe e gênero” (Perosa, 2007, p. 29). Aqui, apresenta-se claramente a biopolítica através da educação, já que “diferenças, identificadas no modo de exercer a ação pedagógica, estavam adaptadas a condições objetivas tanto das famílias como das escolas encarregadas da educação dessas

meninas” (Perosa, 2007, p. 29). O controle do corpo feminino também se reflete no ensino de como se portar, vestir, sentar e até comer:

A aprendizagem dos códigos de “boa conduta” está relacionada às modificações do comportamento mais permanentes, aqueles que, incorporados, tornam-se quase uma segunda pele. Saber controlar o corpo no momento das refeições significava dispor de um poder importante sobre si mesmo, um controle social amplamente aceito e aprovado (Perosa, 2007, p. 30).

Ensinos no ambiente escolar se refletem na vida egressa do indivíduo moldado e manipulado. As escolhas, as competências e as sensibilidades desenvolvidas (ou não desenvolvidas) expressam a incorporação dessas verdades. Sendo assim, na pesquisa mencionada através dos dados obtidos, permitiu-se notar que a modalidade de socialização escolar produziu efeitos duráveis sobre os indivíduos. O exame dos padrões de ingresso no ensino superior e profissionalização e de alianças matrimoniais identificados evidenciou como cada experiência escolar agiu antecipando e prefigurando um meio profissional e uma forma de colaboração matrimonial específica (Perosa, 2007, p. 33). E ainda,

o prolongamento dos estudos e a possível elaboração de uma carreira profissional interagiram com as alianças matrimoniais do grupo pesquisado. [...] não surpreende o dado de que, das oitenta e duas ex-alunas pesquisadas nas três escolas, apenas três tenham abdicado do casamento (Perosa, 2007, p. 33).

Isso evidencia de forma clara como o corpo feminino é objeto de, direta e indiretamente, submissão e influência, sem possibilidade de questionamento desses padrões apresentados, se tornando uma “marionete” da biopolítica. Percebe-se que as instituições de ensino educacional contribuíram, portanto,

para a interiorização de disposições psicológicas, morais e intelectuais específicas, presentes na base da construção de uma determinada maneira de se ver no mundo, que orientou as escolhas, as competências e as sensibilidades adquiridas, tanto no que diz respeito à esfera profissional como no que se refere às pressões da vida familiar (Perosa, 2007, p. 33).

Por conseguinte, a escola, “pode revelar, entre outras coisas, situações e procedimentos pedagógicos e curriculares relacionados à produção de diferenças e distinções sociais que interfiram na formação e na produção social do desempenho escolar (Junqueira, 2013 *apud* Nascimento *et al.*, 2020, p. 152).” Ainda, Miskolci (2012 *apud* Nascimento *et al.*, 2020, p. 152) sugere que “as(os) educadoras(es) deveriam questionar-se sobre o que significa educar e como se faz isso, pois, em uma lógica não normalizadora, educar seria uma atividade dialógica em que os aspectos invisibilizados deveriam fazer parte do cotidiano escolar das(os) estudantes.”

Observando isso, pode-se tentar traçar caminhos para ir de encontro com as estruturas biopolíticas, pensando uma nova construção de vida, além de vidas precárias, para que haja expressões além do que é posto pelo controle e pela gestão dos corpos. Contra as formas biopolíticas de regulamentação da vida, de produção de vidas precárias, o campo da educação se faz necessário para pensar a força política dos corpos, dos corpos em movimento.

Possibilidades coletivas de construir outras formas de viver que não estejam instadas à governamentalidade, entendendo, neste sentido, que o nosso corpo, “[...] apesar das suas fronteiras claras, ou talvez precisamente em virtude dessas fronteiras, é definido pelas relações que fazem sua vida e sua ação possível” (Butler, 2018, p. 144).

A maneira interessante para se construir uma nova direção, que tentasse extinguir, ou ao menos diminuir essa premissa que regimenta e constrói os pensamentos, as ideias e como os corpos devem ser e se portar, seria

[...] deslocar a educação desse lugar de controle e subjetivação, pensá-la não como adestramento, transmissão e assimilação de conteúdo, mas como um

constante processo de transformação daquilo que se é, de produção de singularidades, em territórios múltiplos. Uma educação que se dá nos movimentos da vida e nas multiplicidades que ela implica. Pensar uma educação que cria para si novos valores, que possibilitem uma vida mais leve, mais alegre e potente (Mascarenhas, 2018, p. 04).

Determinados assuntos devem perpassar pelo campo da escola para que a quebra de paradigmas e estereótipos se inicie pela educação e formação do saber dos jovens. Questões como desconstrução da ideia de binaridade de gênero e multiplicidade de orientações sexual; discussões sobre sexo e sexualidade; multiplicidade de corpos, relacionamentos e afetos; diversas formas de constituições familiares. Esses processos rompem antigas barreiras sociais, de tempo e de espaço, promovem contatos com múltiplos sujeitos, saberes, modos de vida, comportamentos e valores.

Destina-se, portanto, a discussão sobre biopolítica, gênero e educação à procura de novas formas de debate, para fins de emancipação dos corpos femininos controlados, a fim de propiciar independência e autonomia. Envolver a escola, os educadores e novas formas de trilhar caminhos para uma educação consciente e democrática, mostra-se imprescindível, pois é também, senão, principalmente, por esse espaço que se estimula o “pensar” igualitário e fundamentado nos princípios dos direitos humanos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o problema da biopolítica como forma de controle dos corpos, com recorte aos corpos femininos, pode-se observar que a construção do pensamento e do imaginário social, assim como a construção de estereótipos de gênero passa por questões acerca da educação. Alguns questionamentos e respostas foram levantados: A educação (e os educadores) possui pressupostos limitadores do que é (e pode) ser

ensinado para meninos e meninas? De que forma essa separação de gênero se aplica no âmbito educacional? E com qual objetivo?

Conclui-se que a biopolítica atua sobre os corpos a fim de controlá-los e não só no sentido do corpo físico, mas no seu intelecto também, pois é através da educação que se (des)moldam os conceitos, é através da educação e do conhecimento que se (des)fazem estereótipos que excluem, objetificam e adestram. Persiste a pergunta: O que fazer para mudar? Há algo a fazer? Como agir de uma forma mais consoante com o que se vem discutindo até aqui? Quais as atitudes mais adequadas para promover uma educação não-discriminatória (ou, no mínimo, uma educação menos discriminatória)? (Louro, 2003, p. 122).

Promover uma educação que fomente a libertação dos corpos, significa estremecer pilares da sociedade muito bem enraizados que movimentam a máquina do capitalismo e do patriarcado. Uma educação que amplie o comprometimento político por uma democratização da vida e do saber é algo ameaçador aos que controlam os corpos, que se utilizam das instituições educacionais para a manutenção dessas estruturas.

Fazer desse novo viés de educação, que respeita subjetividades e qualifica de fato a forma de pensamento crítico, é a base para a construção de seres independentes. No entanto, há que se pensar também que de certo modo, essa amplificação pode vir a se tornar também uma outra forma de “moldura”, já que tudo pode e deve ser orgânico e “sem forma”, qual seria o caminho ideal? O questionamento se torna amplo e inquietante, já que até mesmo as ideias neoliberais de produção e autonomia, se tornam mecanismos de controle, ainda que estes que estão sendo controlados sequer percebam.

Por fim, há que se considerar o lugar da mulher nesse contexto educacional e da biopolítica, já que os corpos femininos são controlados pelo patriarcado há séculos e diante das observações colocadas constatou-se que a forma e a maneira que a educação chega a esses corpos, é visando interesses externos, que nesse caso pode ser

considerado como o patriarcado, o Estado, a sociedade, a família, o marido. Todos parecem possuir “um pedaço” de poder sobre o corpo feminino, menos a própria detentora dele.

Dessa forma, não há de fato um modelo específico e já formulado sobre como a educação formal deve ser conduzida. No entanto, pode-se garantir que ela deve ser emancipadora às mulheres a fim de quebrar os estereótipos presentes na sociedade patriarcal, no que tange ao controle de seus corpos e do conhecimento que podem ou não ter. São necessários estudos e ações que encontrem um equilíbrio e uma cooperação mútua entre sociedade, escola, âmbito familiar e Estado, para que a educação seja libertadora, ao invés de gerenciar, reprimir e moldar conhecimentos das mulheres em detrimento da garantia de poder e controle.

REFERÊNCIAS

- BALEM, Isadora Forgiarini; SOUZA, Lucas Silva de; NASCIMENTO, Valéria Ribas do. Os corpos que (não) importam: uso do direito na normalização biopolítica do gênero a partir de uma perspectiva foucaultiana. *Revista de Direito Brasileira*. v. 26, n. 10, p. 5-24, 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2358-1352/2020.v26i10.5309>.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. E-Book.
- FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: A vontade de Saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- LOURO, Guaraci Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. Disponível em: <https://www.ufpb.br/escolasplurais/contents/noticias/e-books/secao-1-10-32-de-de-finibus-bo-norum-et-malorum-escrita-por-cicero-em-45-ac>. Acesso em: 11. ago. 2023.

LUCKMANN, Felipe; NARDI, Henrique Caetano. Um corpo (des)governado: hierarquias de gênero, governamentalidade e biopolítica. **Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 25, n. 3, p. 530, 2017. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1239>.

MASCARENHAS, Leonardo Balbino. Biopolítica, Educação e Resistência na Contemporaneidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1537-1554, out./dez. 2018. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623675587>.

NASCIMENTO, Caroline Gonçalves; WASKOW, Milena Holz; STREY, Marlene Neves; COSTA, Ângelo Brandelli. Todo mundo é igual? Construções de gênero sob o olhar da juventude. **Interações (Campo Grande)**, v. 22, n. 1, p. 151-164, 2021. Doi: [10.20435/inter.v22i1.2597](https://doi.org/10.20435/inter.v22i1.2597).

PEROSA, Graziela Serroni. Família e escola na socialização de meninas. 2007. Caderno CRH, Salvador, v. 20, n. 49, p. 23-34. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792007000100003>.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, n. 16, v. 2, jul./dez. 1990.

SILVA, Guedes Robson da. Biopolítica, precariedade e educação: um ensaio de pensamento com Butler e Foucault. **Linhas Críticas**, v. 26, e32333, 2020. Doi: <https://doi.org/10.26512/lc.v26.2020.32333>.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; NIELSSON, Joice Graciele. Necrobiopolítica de gênero no Brasil contemporâneo: o feminicídio em tempos de fascismo social. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 2 p. 331-350, 2020.

WICHTERICH, Christa. Direitos sexuais e reprodutivos. Christa Wichterich. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2015.